

**Santo André, 05 de setembro de 2025**

## **REQUERIMENTO DE JUNTADA DE PROCESSO**

*Requerimento de juntada ao Processo nº 1570/2025, referente ao Projeto de Resolução nº 13/2025, com a conclusão do Relatório Final dos trabalhos desempenhados pela Comissão de Assuntos Relevantes que visa investigar o aumento dos pontos de concentração de dependentes químicos denominados de "Cracolândia" no Município de Santo André – SP.*

**À Presidência da Câmara Municipal de Santo André.  
Senhor Presidente Carlos Ferreira,**

A presente propositura visa juntar ao processo nº 1570/2025, referente ao Projeto de Resolução nº 13/2025, que instituiu a Comissão de Assuntos Relevantes para investigar o aumento dos pontos de concentração de dependentes químicos denominados de "Cracolândia" no Município de Santo André – SP, o Relatório Final dos trabalhos desempenhados por esta comissão e uma conclusão coerente e concisa no tocante às discussões envolvendo diversas autoridades públicas com intuito de se alcançar uma solução ao problema, como a implementação de políticas públicas que promovam a recuperação de dependentes químicos e a melhoria da qualidade de vida da população andreense.

### **RELATÓRIO FINAL – CAR – COMISSÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES (CRACOLÂNDIA)**

Conclusão das Reuniões sobre a Cracolândia e Direcionamento para o Município de Santo André-SP, nos termos do art. 74-O do Regimento Interno da Câmara Municipal.



---

## **Introdução**

Este relatório consolida as discussões realizadas nas reuniões da Comissão de Assuntos Relevantes (CAR) da Câmara Municipal de Santo André-SP, realizadas nos meses de abril a julho de 2025, com o objetivo de abordar o problema da Cracolândia e seus impactos no Município.

As reuniões contaram com a participação de vereadores, secretários municipais, representantes do Governo do Estado de São Paulo e especialistas em saúde mental e segurança pública.

Este documento apresenta as principais orientações e recomendações para o enfrentamento do problema em Santo André-SP, com base nas experiências de outros municípios, especialmente São Paulo-SP, que se destacam pela implantação bem-sucedida de políticas públicas para o fim da Cracolândia.

## **Contexto e Diagnóstico**

### **1. Cenário Atual em Santo André-SP:**

- Foram identificados 27 pontos de concentração de pessoas em situação de rua e usuários de drogas.
- A cidade enfrenta dificuldades na integração entre as secretarias municipais, como Assistência Social, Saúde e Segurança Cidadã.
- Há uma carência de equipamentos especializados, como Casas Terapêuticas e HUBs regionais, para tratamento e acolhimento de dependentes químicos.

### **2. Comparativo com São Paulo-SP:**

- A política pública aplicada no Município de São Paulo-SP foi pautada com sucesso e exatidão, resultando no fim da Cracolândia. A Cidade implementou ações integradas entre secretarias e forças de segurança, além da criação de 40 Casas Terapêuticas e HUBs regionais.



- A abordagem incluiu a redução da "zona de conforto" dos usuários, como a classificação de marmitas para evitar trocas por drogas, e a limpeza constante dos locais de uso.
- Resultados positivos foram avanços, como a redução de 54% no número de usuários em cenas abertas de uso, demonstrando que a estratégia foi eficaz e pode servir de espelho para Santo André-SP.

### 3. **Dados Relevantes:**

- Em Santo André-SP, 401 pessoas em situação de rua foram identificadas em 2023, representando um aumento de 26% desde 2016.
- A dependência química é um problema crescente, com desafios na adesão ao tratamento voluntário e na reinserção social.

## **Principais Conclusões das Reuniões**

### 1. **Integração entre Secretarias:**

- A falta de comunicação e integração entre as secretarias municipais é um dos principais entraves para o enfrentamento do problema.
- É necessário criar uma cooperação centralizada, com um responsável único para liderar as ações intersetoriais, como por exemplo, em São Paulo-SP, o Vice-Prefeito Cel. Mello Araújo e o Vice Governador Felício Ramuth são os responsáveis pela problemática, com todas as informações captadas pela Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos que criou o Programa Redenção no ano de 2017.
- Bem como a elaboração, via Projeto de Lei, pelo Poder Executivo para a criação do Comitê Intersecretarial Permanente com membros das Secretarias de Segurança, Saúde, Assistência Social e um representante da Câmara Municipal. Este comitê teria um coordenador-geral com poder decisório, reuniões periódicas obrigatórias e a responsabilidade de apresentar relatórios de progresso ao Executivo e ao Legislativo.



- Este Comitê Intersecretarial Permanente poderá criar um "Plano de Implementação e Recursos", que contenha:

Um cronograma sugerido por fases (ex: Fase 1 - 6 meses: criação do Comitê e do HUB Regional; Fase 2 - 12 a 18 meses: estabelecimento das primeiras Casas Terapêuticas).

Uma análise preliminar de fontes de financiamento, como orçamento municipal, busca por convênios estaduais/federais, destinação de emendas parlamentares (federais, estaduais e municipais) e parcerias com a iniciativa privada via leis de incentivo.

## 2. **Equipamentos e Infraestrutura:**

- Santo André-SP cuida de equipamentos adequados, como Casas Terapêuticas e HUBs regionais, para acolhimento e tratamento de dependentes químicos.
- A experiência de São Paulo-SP demonstra que esses equipamentos são fundamentais para a recuperação e reinserção social dos usuários.

## 3. **Abordagem e Estratégias:**

- Ações como limpeza constante dos locais de uso, triagem e internação compulsória, quando necessário, mostraram-se eficazes em São Paulo-SP. Além do mais, a Secretaria de Segurança Cidadã carece interagir com maior vigor para identificar os pontos de drogas e os fornecedores das mesmas, deixando a Polícia Civil e Militar realizar o trabalho investigativo e ostensivo.
- A criação de políticas públicas que integrem saúde, segurança e assistência social é essencial para o sucesso das ações.

## 4. **Participação da Sociedade Civil:**

- A sociedade civil pode desempenhar um papel importante no apoio às ações do poder público, especialmente na identificação e acolhimento de pessoas em situação de rua e também, com um canal direto de denúncias para as autoridades municipais saberem com rapidez a formação de um eventual novo ponto.



---

## Recomendações para Santo André-SP

### 1. Espelhar-se no Modelo de São Paulo-SP:

- A política pública aplicada em São Paulo-SP deve ser utilizada como referência para Santo André-SP. A integração entre as secretarias, a criação de Casas Terapêuticas e HUBs regionais e a abordagem firme e coordenada foram determinantes para o sucesso na capital paulista. A Lei nº 10.216/2001, garante os direitos das pessoas com transtornos mentais, incluindo dependentes químicos e prevê a criação de serviços de atenção psicossocial. Além disso, o art. 196 da Constituição Federal trata do direito à saúde como dever compartilhado com o Estado.

### 2. Criação de um HUB Regional:

- Implantar um HUB regional em Santo André-SP, com apoio do Governo do Estado, para centralizar o atendimento e tratamento de dependentes químicos.

### 3. Fortalecimento das Casas Terapêuticas:

- Criação de Casas Terapêuticas no município, com foco na reinserção social e familiar dos usuários.
- Criação de pelo menos duas Casas Terapêuticas subvencionada pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo mediante **convênio** com município através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social Santo André podendo englobar a participação da iniciativa privada através de lei específica na formulação de parceria público - privada no sentido de celeridade na concretude de início de solução ao que se dispôs a presente Comissão de Assuntos Relevantes.
- Interação, de forma articulada, com a rede de saúde (como os CAPS) e assistência social (CRAS, CREAS) para garantir um acompanhamento



integral com agentes com a expertise na recuperação e reinserção social e familiar dos chamados drogaditos.

#### **4. Coordenação Centralizada:**

- Estabelecer uma cooperação única para liderar as ações intersetoriais, com reuniões regulares entre as secretarias envolvidas, sempre com 1 responsável em cada pasta para melhoria da comunicação e eficácia no plano de ação.

#### **5. Parcerias com a Iniciativa Privada:**

- Firmar **convênios** com empresas para oferecer oportunidades de emprego e qualificação profissional aos dependentes químicos recuperados. A Lei 13.019/2014 que instituiu o marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil, incentiva a parceria entre órgãos públicos e entidades privadas para ações sociais, integradas e em conjunto.
- Criação e lei de incentivo fiscal destinada às empresas que oferecerem oportunidades de emprego e de qualificação profissional aos dependentes químicos recuperados.

#### **6. Ações de Prevenção e Educação:**

- Implementar campanhas educativas sobre os riscos do uso de drogas e programas de prevenção nas escolas e comunidades.

#### **7. Apoio à Segurança Pública:**

- Reforçar uma parceria com as forças de segurança, como a GCM, Polícia Militar e Civil, para restringir o tráfico de drogas e garantir a segurança nos pontos críticos. A Lei 11.373/2006 denominada Lei das Drogas, prevê ações de repressão ao tráfico e repressão, em conjunto com a Secretaria de Segurança Cidadã, Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Metropolitana.
- O combate exclusivo série de atividades criminosas que autoalimentam o cenário aberto de consumo de drogas tais como, a exploração dos ferros velhos, furto de fiações elétricas, que envolvia



submeter pessoas a situações degradantes e prostituição dentre outra que poderá indicado pelo Mapa da Segurança Pública (mapa da criminalidade) elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) uma publicação oficial que traz dados anuais sobre a criminalidade na região.

## **8. Monitoramento e Avaliação:**

- Criar um sistema de monitoramento para avaliar os resultados das ações inovadoras e ajustar as estratégias conforme feito em São Paulo-SP.
- Detalhar quais os resultados serão medidos

Exemplos de KPIs:

- Operacionais: N° de abordagens realizadas, n° de acolhidos no HUB e nas Casas Terapêuticas.
- De Efetividade: % de usuários que completam o tratamento, % de reinserção social (emprego/estudo), redução no número de pontos de concentração.
- Sociais: Redução dos índices de criminalidade nas áreas mapeadas, pesquisas de percepção de segurança com a comunidade local. (Sugestão do Fábio Lopes)
- Após a criação do sistema de monitoramento para avaliar os resultados das ações inovadoras e ajustar as estratégias conforme feito em São Paulo – SP, o resultado conclusivo deverá ser submetido ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, junto ao G.T do Núcleo de Inclusão Social e Direitos Humanos, vez que o problema que aqui se aborda não está circunscrito apenas ao nosso município e sim à regionalidade, de modo que possamos irradiar a experiência exitosa da presente C.A.R aos demais municípios consorciados com objetivo precípuo à erradicação dos cenários abertos de consumo de drogas ou seus pontos isolados espalhados na região.



## 9. Mobilização Municipal:

A luta contra a Cracolândia e seus impactos em Santo André-SP exigem o protagonismo e o comprometimento da Câmara Municipal como um dos principais agentes de transformação. Os vereadores, enquanto representantes diretos da população, têm um papel estratégico de supervisão, fiscalização e apoio às ações do poder público.

- **Câmara Municipal de Santo André:** deve propor e aprovar leis que fortaleçam as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da dependência química, garantindo recursos e instrumentos legais para a implementação de medidas práticas.
- **Prefeitura Municipal de Santo André:** contamos com a parceria e liderança para coordenar ações de forma integrada e eficiente. É o momento de unir **forças e garantir que cada secretaria trabalhe em harmonia para transformar nossa cidade.**
- **Secretaria Municipal de Saúde,** recomendável a implantação de Casas Terapêuticas e HUBs regionais que acolhem e tratam a dependência química. Campanhas educativas são essenciais para evitar que mais vidas sejam prejudicadas por esse problema.
- **Secretaria de Segurança Cidadã,** a população clama por parcerias firmes com as forças de segurança para combater o tráfico de drogas e garantir a paz em nossos bairros. É imperativo que as parcerias com as forças de segurança sejam firmadas e fortalecidas para combater o tráfico de drogas de forma contundente e garantir a paz que a cidade anseia. Não podemos mais tolerar que o crime domine nossas ruas, nem que indivíduos, criminosos travestidos de usuários, sejam tratados com as benesses que a lei não lhes confere. A cidade de Santo André não será um refúgio para a criminalidade, e a atuação enérgica das autoridades deve, obrigatoriamente, ser implacável na defesa do bem-estar e da tranquilidade de cada cidadão andreense.
- **Secretaria de Assistência Social,** é urgente acolher e reinserir socialmente aqueles que buscam uma nova chance. A dependência



química não é o fim, mas um desafio que pode ser superado com apoio e oportunidades, como reinserção ao mercado de trabalho e práticas habituais para este cidadão.

- **Secretaria de Educação**, nossas crianças e jovens precisam de programas de prevenção e conscientização. A escola é o lugar onde plantamos as sementes de um futuro livre das drogas.
- **A Polícia Militar e a Polícia Civil** repressão ao tráfico de drogas e garantir a segurança pública. A força policial é essencial para proteger nossa cidade e devolver a tranquilidade às nossas famílias.
- **Ministério Público e Poder Judiciário**, contamos também com o Poder Judiciário para supervisão para garantir que as internações compulsórias sejam realizadas com respeito aos direitos humanos e que a justiça seja um pilar na luta contra esse problema. Além disso, a conexão entre o Executivo
- **Fiscalização das Ações:** Os vereadores deverão acompanhar a execução das políticas públicas, fiscalizando a atuação das Secretarias Municipais e cobrando resultados concretos para a população.
- **Necessidade de um Plano de Comunicação** e conscientização para a sociedade andreense, com o objetivo de:
  - Informar sobre os novos serviços (HUB, Casas Terapêuticas) e como acessá-los.
  - Combater o estigma associado à dependência química.
  - Engajar a comunidade e o setor privado no apoio à causa.
  - Divulgar os resultados positivos da política implementada.
  - Propaganda para conscientizar as pessoas de não realizarem doação de dinheiro na rua.

10. Desenvolver uma Cartilha de Diretrizes com orientações claras para servidores públicos, profissionais de saúde, segurança e assistência



social, a fim de padronizar procedimentos e alinhar condutas na abordagem e tratamento de dependentes químicos.

11. Indicar um representante oficial da Prefeitura de Santo André-SP para atuar como ponto focal junto ao Governo do Estado, Ministério da Saúde e demais órgãos relacionados. Essa liderança será responsável por articular ações intersetoriais, garantir a efetividade das políticas públicas e acompanhar a implementação das medidas propostas.
12. Firmar convênio com o Poder Judiciário e órgãos de segurança pública para intensificar a apuração de casos envolvendo foragidos da Justiça em situação de vulnerabilidade e dependência química. A integração permitirá maior eficácia na aplicação da lei, ao mesmo tempo em que assegura o encaminhamento dessas pessoas para programas de tratamento e reinserção social.

## **Conclusão**

A política pública aplicada no Município de São Paulo-SP foi pautada com sucesso e exatidão, resultando no fim da Cracolândia e na redução significativa do número de usuários em cenas abertas de uso.

A questão da Cracolândia em Santo André, conforme detalhado neste relatório, transcende a mera problemática do uso de substâncias, configurando-se como um complexo desafio social, de saúde e segurança pública. A proliferação de pontos de concentração de dependentes químicos, identificada em 27 locais na cidade, é um sintoma de lacunas na integração intersetorial e na carência de infraestrutura especializada para acolhimento e tratamento. A experiência de São Paulo, que logrou êxito na redução de 54% de usuários em **Cenas Abertas de Uso** por meio de uma abordagem integrada e multifacetada, serve como exemplo para as ações a serem implementadas em Santo André.

Santo André-SP deve se espelhar nesse modelo, adaptando as boas práticas à sua realidade local. A criação de equipamentos especializados e as ações centralizadas das ações e o envolvimento da sociedade civil são passos fundamentais para alcançar resultados específicos.



Deve haver comunicação entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde, Segurança Cidadã e Secretaria de Governo para indicar um representante focal de cada unidade para lidar com a pauta.

Os vereadores que compõem esta Comissão de Assuntos Relevantes – William Lago, Daniel Buissa, Dr. Fábio Lopes, Dr. Marcos Pinchiari e Bispo Célio Lopes, reconhecem a urgência e a complexidade do problema. A liderança do Poder Legislativo, por meio desta comissão, é fundamental para impulsionar as mudanças necessárias. As propostas apresentadas, embasadas em um diagnóstico profundo e na análise de modelos bem-sucedidos, visam a construção de uma política pública robusta e sustentável para Santo André.

Para tanto, é imperativo que a Prefeitura de Santo André, sob a coordenação de um comitê *intersecretarial* permanente, estabeleça um plano de implementação claro e com metas mensuráveis. A criação de um HUB regional e o fortalecimento das Casas Terapêuticas, com o apoio do Governo do Estado e a participação da iniciativa privada, são pilares para o acolhimento e a reinserção social dos dependentes químicos. A integração das Secretarias de Assistência Social, Saúde, Segurança Cidadã e Educação, juntamente com a Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário, é crucial para uma abordagem que combine prevenção, tratamento, repressão ao tráfico e reinserção social.

Adicionalmente, a mobilização da sociedade civil, através de canais de denúncia e apoio às ações do poder público, e a implementação de campanhas de prevenção e educação, são elementos indispensáveis para a sustentabilidade das políticas. A criação de uma Cartilha de Diretrizes e a indicação de um representante oficial da Prefeitura para articulação com órgãos estaduais e federais garantirão a padronização e a efetividade das ações. O monitoramento contínuo dos resultados, com a definição de KPIs operacionais, de efetividade e sociais, permitirá o ajuste das estratégias e a irradiação da experiência exitosa de Santo André para os demais municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

Em suma, a erradicação dos cenários abertos de consumo de drogas em Santo André exige um compromisso inabalável de todas as esferas do poder



público e da sociedade civil. A atuação proativa e fiscalizadora dos vereadores será determinante para que as recomendações deste relatório se traduzam em ações concretas e transformadoras, promovendo a recuperação de vidas e a melhoria da qualidade de vida da população andreense.

Este relatório final serve como um guia para a implementação de políticas públicas que promovam a recuperação de dependentes químicos trazendo segurança aos munícipes, melhorando índices de criminalidade, asseio e conservação andreense, além disso, o controle urbano é um chamado para construção de uma cidade saudável e segura.

**Santo André, 05 de setembro de 2.025.**

**Presidente da Comissão de Assuntos Relevantes:**

---

**Vereador William Lago**

**Membros da Comissão:**

---

**Vereador Daniel Buissa**

---

**Vereador Dr. Fábio Lopes**

---

**Vereador Dr. Marcos Pinchiari**

---

**Vereador Bispo Célio Lopes**

